

O NACIONALISMO LINGÜÍSTICO NO BRASIL PÓS-COLONIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO (1)

DAVID T. HABERLY

A grande maioria dos estudos comparativos da literatura brasileira do século dezenove tem-se limitado à exploração de exemplos concretos da influência direta de um ou outro escritor europeu sobre escritores do Brasil. Essa orientação europeizante, embora muito útil em certos casos individuais, parece-me perigosa e contraproducente no contexto global da literatura do Brasil, pois tende a acentuar a dependência dessa literatura, ofuscando os traços independentes que realmente existem aqui e aumentando a tendência comum aos intelectuais de nações pós-coloniais a sentirem-se parentes pobres à mesa gloriosa da cultura européia. Acho, ao contrário, que essa dependência cultural é sobretudo aparente e superficial, e que a literatura brasileira do século passado foi profundamente original e independente; que o verniz de certas influências individuais e duma terminologia literária importada serve, muitas vezes, para distrair-nos do fato básico de que a madeira que esse verniz encobre é jacarandá de lei.

Para tirar esse verniz, parece-me útil estudar a literatura brasileira em conjunto com os irmãos culturais, as outras nações, nas Américas e em outras partes do mundo que passaram através das mesmas fases de dependência primária (colonialismo político e cultural) e dependência secundária (independência política mas uma continuação, embora menos poderosa, da dependência cultural) rumo à maturidade intelectual do século vinte. O estudo

(1) Este ensaio é uma versão mais detalhada duma conferência apresentada no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, em agosto de 1972. Agradeço muito a ajuda dos professores Eduardo Kneese de Melo, José Aderaldo Castello e Alfredo Bosi, além dos amigos Haroldo de Campos e Hélio Lobo.

comparativo de tais literaturas na época pós-colonial raramente depende de influências diretas e concretas, pois quase não havia contatos culturais entre elas antes do nosso século. Mas existem certas semelhanças importantes e fundamentais nas histórias literárias de diversos países pós-coloniais, semelhanças que não resultavam, em geral, da influência ou da imitação; como disse José de Alencar, respondendo aos que o classificavam como discípulo do norte-americano James Fenimore Cooper, "essa aproximação vem da história, é fatal, e não resulta de uma imitação." (2)

As literaturas pós-coloniais, então, enfrentam certos problemas comuns, problemas estes que ou não existiam para as literaturas da Europa, ou que lá careciam de importância e interesse. Podemos apontar, como exemplos, a expressão literária da expansão territorial, ou a apresentação, na literatura, de grupos racialmente não europeus como os índios ou os pretos nas Américas ou os aborígenes da Austrália.

Meu propósito aqui, porém, é colocar as bases de um problema pós-colonial mais facilmente definido, um problema que bem pode, hoje em dia, parecer menos importante que aqueles, mas que preocupava fundamentalmente as primeiras gerações depois da independência política: a necessidade de criar uma língua literária autenticamente nacional como o *sine qua non* do desenvolvimento de uma literatura independente. Esboçarei certas reações a este problema em periódicos importantes do Brasil (a *Minerva Brasiliense* e a *Guanabara*) e dos Estados Unidos (a *North American Review*, a primeira revista intelectual importante deste país), e procurarei situar os fenômenos brasileiros e norte-americanos dentro dum contexto maior através de referências a outras literaturas pós-coloniais das Américas e do resto do mundo.

Os intelectuais da Europa geralmente concordavam, pelo menos até os últimos anos do século dezoito, em definir a nacionalidade literária como uma função da identidade lingüística. Havia, claro, certos problemas com a Bélgica e a Suíça, mas, em geral, a nacionalidade de qualquer escritor determinava-se simplesmente pela língua nacional utilizada nas suas obras. Esse sistema puramente lingüístico foi abalado pelos movimentos independentistas dos Estados Unidos, do Brasil, e da América Espanhola, mas ainda assim persistia arraigado na cultura européia, como se pudesse de alguma maneira sanar as dores da decadência imperial.

Assim, em 1869 um respeitado crítico português, Luciano Cordeiro, apontou como representantes do "lirismo moderno português" não só Álvares de Azevedo como também "Gonçalo [*sic*] Dias, que os brasileiros na sua monomania de terem uma literatura, como se esta andasse demarcada pela geografia política, dão como poeta seu, como ele próprio julgava sê-lo, [...]". (3)

(2) José de Alencar, *Como e porque sou romancista*, p. 47, Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1893.

(3) *Livro de crítica*, p. 278, Porto, Tipografia Lusitana Editôra, 1869.

E uma boa enciclopédia alemã, publicada no fim do século dezenove, ainda classificava as literaturas do mundo ocidental em termos das línguas nacionais da Europa. Quase só o brasileiro Gonçalves Dias lá apareceu como escritor definitivamente americano; o americaníssimo Mark Twain, por exemplo, foi incluído no artigo sobre humoristas ingleses! (4)

Para os que se esforçavam em criar literaturas novas, fortes e independentes nas Américas, o problema da língua tinha muito pouco de humorístico. Houve, primeiro, um hiato óbvio e inquietante entre o fato da independência política e os primeiros passos para o estabelecimento duma literatura libertada e nacionalizada. Muitos intelectuais, sobretudo nos Estados Unidos, onde o atraso da literatura primeiro apareceu e onde durava mais tempo (aproximadamente de 1776 até 1830), ficavam perplexos e preocupados e dedicavam-se ao estudo das causas duma situação que o americano Walter Channing descreveu como nada menos que "the literary delinquency of America". (5) E uma causa óbvia, para muitos eruditos, era o que um argentino depois chamou "el vínculo fuerte y estrecho del idioma", (6) a identidade lingüística que ainda ligava as nações independentes do Novo Mundo às culturas dos senhores europeus.

Desta identidade de língua provinham vários problemas concretos. Primeiro, facilitava o predomínio nas Américas de livros escritos e impressos na Europa; Walter Channing queixou-se do fato de que os norte-americanos tão facilmente podiam comprar livros da Inglaterra que "we hardly thought it worthwhile to write any for ourselves". (7) E a mesma dependência editorial existia no Brasil e na América Espanhola.

Certos intelectuais dos Estados Unidos também temiam que a identidade lingüística, que possibilitava a comparação direta de obras norte-americanas com obras inglesas, só pudesse confirmar a fraqueza daquelas, pois "the excellence of modern authors is estimated by comparing their productions with other works written in the same language [...]. This comparison is just in Europe, where those who write in the same language generally reside in the same country and possess the same advantages. But our language, our literature, our taste are English, and we determine the merit of our literary productions by comparing them with those of men, who enjoy better means and stronger motives for the cultivation of letters than America affords". (8)

(4) Citado por Janheinz Jahn, *Neo-African Literature*, p. 17, New York, Grove Press, 1968.

(5) Walter Channing, «Reflections on the Literary Delinquency of America», *North American Review*, vol. 2, pp. 33-43, Boston, 1815.

(6) Juan María Gutiérrez, «Discurso [...] en la inauguración del Salón Literario, el 23 de Junio de 1837», in *Antecedentes de la Asociación de Mayo, 1837-1937*, p. 57, Buenos Aires, 1939.

(7) Walter Channing, «Reflections», *North American Review*, vol. 2, p. 36, 1815.

(8) F. C. Gray, «An Address pronounced before the Society of Phi Beta Kappa», *North American Review*, vol. 3, p. 301, Boston, 1816.

Os brasileiros e hispano-americanos talvez não receassem tanto a concorrência de escritores ibéricos porque, nesse período, nem Portugal nem a Espanha reluziam como faróis intelectuais da Europa. O problema, por outro lado, era a possibilidade de serem poluídas e enfraquecidas as grandes e vitais correntes culturais da França, da Inglaterra ou da Alemanha, pela passagem através da esterilidade mental dos tradutores e editores da Ibéria. Como disse o argentino Sarmiento, "Treinta ediciones se han hecho en español de los *Misterios de Paris*, y no sabemos que se haya hecho una sola de la *De Democracia* de Tocqueville, o de la *Historia de la civilización* por Guizot. Así, pues, el pensamiento español está encadenado por su propia pobreza, semejante a quel hidalgo que, no teniendo zapatos, se muere de hambre porque no puede salir a buscar los medios de subsistencia". (9)

Estes problemas concretos de identidade lingüística eram, porém, marginais em comparação com a grande preocupação dos intelectuais das Américas na era pós-colonial, preocupação esta baseada numa incerteza fundamental sobre as origens e a função da língua na sociedade humana; o debate realmente sofisticado que nasceu desta preocupação ainda hoje persiste na teórica da lingüística. É que as emoções e os conceitos dum indivíduo ou duma cultura são irrevogavelmente formados pela língua em que esses sentimentos e pensamentos se expressam; ou é que a fala humana se forma, individual ou coletivamente, pela influência das percepções, emoções, e idéias dos que se expressam numa ou outra língua?

Vários intelectuais pós-coloniais nas Américas apoiavam a primeira dessas definições da língua, concluindo que esta era um fenômeno exterior que podia definir e controlar os ideais e os sentimentos dos que falavam e escreviam — que, em termos mais modernos e na frase de MacLuhan, o *medium* era deveras a mensagem. E para os que partiam desta definição, parecia que os efeitos interiores da identidade exterior da língua podiam acabar com qualquer possibilidade de individualidade e independência literária no Novo Mundo.

Walter Channing, em 1815, estava profundamente pessimista sobre o futuro duma literatura norte-americana escrita em inglês: "National literature seems to be the product, the legitimate product, of a national language. Literary peculiarities and even literary originality being, the one little more than the peculiarities of language, the other the result of that uncontrolled exercise of mind, which a slavery to a common tongue almost necessarily prevents". O que faltava à América, segundo Channing, era uma língua original, pois "the language in which we speak and write is the vernacular tongue of a nation [...] whose natural, political, religious, and literary relations and peculiarities, are totally unlike our own". Então a literatura dos Estados Unidos, "made in the language of another country, can never be distinctive". (10)

(9) D. F. Sarmiento, «Biblioteca Americana: Su Necesidad en Chile», de 1849; in suas *Obras*, vol. 2, p. 336, Santiago de Chile, 1885.

(10) Walter Channing, artigo citado, pp. 307/09.

No Brasil, a melhor expressão dessa atitude generalizada perante a identidade lingüística não era pessimista senão otimista, e foi escrita por um conservador que se regozijava com a perspectiva da dependência eterna do Brasil, ligado a Portugal e à cultura portuguesa pela língua:

"Para que existisse uma literatura brasileira, preciso era que estivesse consignada noutra língua que não a portuguesa. São as línguas que dão nome às literaturas antigas e modernas. [...] Se os que têm uma pátria e língua sua passam ao domínio literário de outros povos pelo fato de escrever na língua estranha, como hão de pertencer a literaturas diferentes os que desde o berço falam um mesmo idioma e nele escrevem, só porque nasceram em diversas circunscrições territoriais? Afastados, ou limítrofes, os povos que falam um mesmo idioma confundem as suas inspirações num pensamento idêntico e são conhecidos no mundo das artes e das ciências por um só nome de família." (11)

A mesma definição do problema da língua apareceu independentemente em outras áreas da América pós-colonial, geralmente em combinação com o pessimismo que Walter Channing exprimira. Assim, na Argentina, já em 1817, "aunque no se lo formularon concretamente como problema, los dirigentes de la Sociedad del Buen Gusto entrevían que uno de los mayores impedimentos para romper totalmente los vínculos con España estribada en la lengua". (12) Os membros da geração posterior, a de 1837, porém, enunciaram o problema dos efeitos internos da identidade lingüística, problema que os preocupava profundamente. (13)

A identidade de língua também tornou-se inquietante no Canadá Francês. Octave Crémazie, escrevendo em 1867, declarou que "plus je réfléchis sur les destinées de la littérature canadienne, moins je lui trouve de chances de laisser une trace dans l'histoire. Ce qui manque au Canada, c'est d'avoir une langue à lui. [...] Malheureusement nous parlons et écrivons d'une assez piteuse façon, il est vrai, la langue de Bossuet et de Racine. Nous avons beau dire et beau faire, nous ne serons toujours, au point de vue littéraire, qu'une simple colonie; et quand bien même le Canada deviendrait un pays indépendant et ferait briller son drapeau au soleil des nations, nous n'en demeurerions pas moins de simples colons littéraires." (14)

Porque toda essa preocupação com os efeitos da identidade lingüística baseava-se numa definição externalizada do papel da fala humana na sociedade, era talvez inevitável que as soluções propostas independentemente em vários

(11) Dr. Gama e Castro, num artigo publicado no *Jornal do Comércio*; o argumento dele foi parafraseado por Santiago Nunes Ribeiro, que o atacava ferozmente, em «Da Nacionalidade da Literatura Brasileira», *A Minerva Brasileira*, vol. 1, n.º 1, p. 9, Rio, 1.º de novembro de 1843.

(12) Raúl H. Castagnino, *Milicia Literaria de Mayo*, p. 67, Buenos Aires, 1960.

(13) O nacionalismo lingüístico na Argentina tem sido muito mais estudado do que o de outras nações. Vide Castagnino, obra citada, pp. 134/43, e Angel Rosenblat, «Las generaciones argentinas del siglo XIX ante el problema de la lengua», *Revista de la Universidad de Buenos Aires*, Año 5, pp. 539/84, Buenos Aires, 1960.

(14) Duma carta do 29 de janeiro de 1867; in suas *Oeuvres Complètes*, p. 40, Montreal, 1882.

países pós-coloniais fossem igualmente superficiais. Uma solução comum, e até engraçada, por exemplo, era simplesmente inventar nomes novos para as línguas européias faladas nas Américas. Começava-se a usar neologismos como "the Federal language", "the American language", "o brasileiro", ou "a língua brasileira"; a mais simples de todas as possibilidades, "the national language", "a língua nacional", ou "el idioma nacional", que se espalhavam por toda parte. (15) É importante reconhecer, porém, que esta terminologia se impunha, em geral, sem qualquer tentativa de justificá-la por provas lingüísticas ou filológicas. A solução, além disso, tem tido uma vida extremamente larga, persistindo até os nossos dias.

Uma outra solução, muito mais radical mas também implicando numa transformação superficial da língua, encontra-se ora aberta, ora implicitamente expressa em todas as culturas pós-coloniais aqui estudadas: a possibilidade de botar fora as línguas herdadas da era colonial, substituindo-as por outras. Não há, de fato, qualquer fundamento histórico para a lenda, generalizada até em obras eruditas sobre a história da cultura norte-americana, de que os partidários da independência dos Estados Unidos, nos congressos constituintes de 1776 ou de 1781, discutiam com seriedade certas propostas para substituir o inglês, como língua oficial da nação, pelo grego ou pelo hebreu. (16) Mas a permanência e a divulgação desse mito, nos dois lados do Atlântico, parece-me sugerir que tanto os intelectuais dos Estados Unidos quanto os da Inglaterra podiam, pelo menos, conceber uma medida tão radical aqui.

No entanto o grego e o hebreu não eram as únicas línguas possíveis. Para os nacionalistas, em toda a América, que se dedicavam à exploração da história e da natureza americana, as línguas indígenas exerciam uma atração bem forte. No Brasil, onde o indianismo talvez chegasse a ter a máxima importância, diz-se que a Assembléia Constituinte debatia a adoção do Tupi como língua oficial do novo Império; não tenho podido encontrar qualquer evidência histórica que apoie essa afirmação, que talvez seja, como o grego e o hebreu nos Estados Unidos, nada mais que um dos mitos da nacionalização. Mas temos, igualmente, que reconhecer que os brasileiros realmente eram capazes de pensar nesta medida, pois existem tantos outros traços, muito bem fundamentados, do indianismo lingüístico no Brasil.

Para começar com apenas alguns exemplos desse indianismo, sabe-se que alguns dos chefes da Confederação do Equador adotaram sobrenomes aborí-

(15) Para as origens e a vida posterior destes neologismos, vide: Allen Walker Read, «American Projects for an Academy to Regulate Speech», *PMLA*, vol. 51, p. 1148, New York, 1936; H. L. Mencken, *The American Language*, Supplement I, p. 5 e pp. 142/45, New York, 1945; Arturo Costa Álvarez, *Nuestra Lengua*, pp. 100/04, Buenos Aires, 1922; João Ribeiro, *A Língua Nacional*, pp. 27/30, São Paulo, s.d.; e Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 261, Rio, 1950.

(16) As origens e a divulgação desse mito foram exploradas por H. L. Mencken, obra citada, pp. 186/88.

gines, como Joaquim Ferreira Lima Jitirana, Vitoriano Correia Parangaba, ou José Francisco Liberal Capibaribe. (17) Outros brasileiros até deixaram de utilizar os sobrenomes portugueses, apresentando-se com combinações, às vezes bem estranhas, de vocábulos tirados do tupi e de outras línguas indígenas. (18) Dom Pedro I, embora nascido em Portugal, adotou o nome do último imperador asteca, Guatimozim, dentro da loja maçônica (19); e diz-se que D. Pedro II sabia falar o tupi e trabalhava numa gramática desta língua. (20)

Varnhagen, numa memória lida no Instituto Histórico a primeiro de agosto de 1840, criticou o estudo, nas Américas, das línguas mortas da Europa e da Ásia, perguntando “por que razão o Brasil, por que razão toda a América há-de servilmente imitar a Europa sem olhar para as línguas indígenas, que são línguas vivas [...]”. (21) Na mesma memória, Varnhagen propôs “que o Instituto peça com toda instância e urgência ao Governo providências para que se cuide no Império do estabelecimento de escolas das diversas línguas dos Indígenas que habitavam neste território e nos circunvizinhos”. (22) O ilustre historiador pensava que a língua tupi bem podia ser “digna, a par da grega, de ser cultivada como língua sábia”, e preferível às línguas clássicas para o estudo da etnografia, botânica, e zoologia do Brasil. (23) Além disso, as línguas indígenas pareciam a Varnhagen “de grande auxílio ao literato que se ocupar em investigações literárias para bem da pátria, alimentando o espírito de nacionalidade, [...]”. (24) José de Alencar, em 1865, também acreditava na importância das línguas indígenas na formação duma literatura e até duma psicologia nacional: “O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida”. (25) O ponto mais alto deste indianismo lingüístico talvez seja uma imagem de Gonçalves Dias, a do beija-flor em “Marabá”; o efeito desta imagem bilingüe — coisa inaudita — depende do conhecimento de duas línguas, o português e o tupi.

O indianismo lingüístico no romantismo brasileiro é um fato bem conhecido, do qual só apresentei alguns exemplos. Poucos, porém, devem saber que esse fenômeno, por tanto tempo considerado unicamente brasileiro, de fato existiu em várias outras culturas pós-coloniais, embora de forma um pouco menos

(17) Erasmo d'Almeida Magalhães, «Notas aos estudos sobre o português falado no Brasil», *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, N.º 4, p. 54, São Paulo, 1968.

(18) Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, 2.ª ed., vol. 2, pp. 19/21, São Paulo, 1940.

(19) *Ibid.*, p. 21.

(20) Na *História Geral da Civilização Brasileira*, ed. por Sérgio Buarque de Holanda, tomo 2, vol. 3, p. 440, São Paulo, 1967.

(21) *Revista do Instituto*, vol. 3, p. 57, Rio de Janeiro, 1841.

(22) *Ibid.*, p. 61.

(23) Em «O Tratado Descritivo [...] de Soares de Sousa», *Revista do Instituto*, vol. 14, p. 391, Rio de Janeiro, 1851.

(24) «Memória», *Revista do Instituto*, vol. 3, p. 59, Rio, 1841.

(25) Duma «Carta» incluída na primeira edição de *Iracema*; na edição do centenário, p. 141, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

exagerada. Com efeito, parece-me que o indianismo na língua é uma das características fundamentais das culturas americanas depois da independência.

Nos Estados Unidos, William Tudor, o redator bem conservador da primeira fase da *North American Review*, rejeitou as idéias de "those egregious writers and speakers, who think, that to alter our language will promote our patriotism". (26) Mas até o Tudor reconheceu o alto valor intelectual e expressivo das línguas indígenas, louvando a imaginação e a retórica dos seus oradores. (27)

Walter Channing era muito mais radical, pois encontrava nas línguas dos índios a "peculiarity" ou individualidade e também a presença da vida e da natureza da América, elementos que lhe pareciam faltar ao inglês:

The language of the Indian is no less peculiar than his manners. With him as with all other beings, language is but the expression of manner. It was made to express his emotions during his observance of nature, and these emotions were taught him at a school, in which the master was nature, and a most unsophisticated heart the scholar. Hence it is as bold as his own unshackled conceptions, and as rapid as his own step. It is now as rich as the soil on which he was nurtured, and ornamented with every blossom that blows in his path. It is now elevated and soaring, for his image is the eagle, and now precipitous and hoarse as the cataract among whose mists he is descanting. (28)

Na Argentina, Juan María Gutiérrez, que insistia na necessidade de criar uma nova língua nacional, não chegava a aceitar abertamente a idéia de substituir o guarani, mas, como Tudor, dedicava muitas páginas à eloquência e à alta qualidade poética de culturas indígenas que ele via como iguais a dos gregos da antiguidade. (29) Octave Crémazie, do Canadá Francês, estava convencido de que "si nous parlions iroquois ou huron, notre littérature vivrait. [...] Je le répète, si nous parlions huron ou iroquois, les travaux de nos écrivains attireraient l'attention du vieux monde. Cette langue mâle et nerveuse, née dans les forêts de l'Amérique, aurait cette poésie du cru qui fait les délices de l'étranger". (30)

No fim das contas, porém, os intelectuais das Américas realmente não queriam nem podiam abandonar a herança européia, e o indianismo lingüístico ficou como nada mais que um sonho. Além disso, o fracasso da idéia tornou impossível o ideal mais fundamental, a possibilidade de efetuar transformações profundas na psicologia e na cultura duma nação através de certas mudanças relativamente simples na superfície da cultura.

(26) *North American Review*, vol. 1, p. 387, Boston, 1815.

(27) «Address to Phi Beta Kappa», *North American Review*, vol. 2, p. 24/28, Boston, 1815.

(28) Walter Channing, «Essay on American Language and Literature», *North American Review*, vol. 1, p. 313, Boston, 1815.

(29) Gutiérrez, *Críticas y Narraciones*, p. 22/23 e 81/103, Buenos Aires, 1928.

(30) *Oeuvres Complètes*, pp. 40/41.

Para salvar-se da visão horrenda duma dependência pós-colonial tinham que voltar à definição original da língua. A definição exteriorizada do processo lingüístico foi necessariamente substituída por outra definição: a fala humana definia-se como um fenômeno interior, formada pela psicologia dos que utilizavam uma ou outra maneira de se expressar, e essa psicologia, por sua vez, fora lentamente elaborada pelo meio físico e social. A língua, então, não era capaz de criar uma nacionalidade; para ter uma língua nacional e uma literatura nacional nesta língua, era necessário esperar a formação duma convicção e definição interior de nacionalidade distinta que, finalmente, quieria expressar-se e criaria a língua apropriada para esta expressão. Outra vez, em termos contemporâneos, o meio forma a *message*, e essa depois cria o *medium*.

Vários críticos norte-americanos têm falado da influência aqui exercida pela teoria de "associationist psychology", uma teoria primeiramente apresentada por Hume, mas reformulada nos últimos anos do século dezoito, por um escocês, Archibald Alison. (31) A tese de Alison, pelo menos na forma em que aparecia nas páginas da *North American Review*, era que os sentimentos e pensamentos dum indivíduo — e, então, sua fala — eram os resultados de certas associações mentais com fenômenos exteriores, como a natureza, a paisagem ou a organização social. Estas mesmas associações interiores, multiplicadas, formavam as línguas e as literaturas de nações.

Eu acho, porém, que é errado falar aqui de *influência*. Parece-me, ao contrário, um exemplo perfeito de um dos processos mais típicos das culturas pós-coloniais: o desenvolvimento mais ou menos independente de conceitos e de estilos que são uma consequência lógica e necessária da situação nacional e da condição pós-colonial, combinado com o desejo ainda colonial de justificar e legitimar esses conceitos e estilos através de referências a escritores europeus. E uma prova disso, me parece, é a divulgação independente do que se chama nos Estados Unidos "associationist psychology" em muitos outros países pós-coloniais, sempre apresentando estas teorias como soluções ao problema da identidade lingüística. No Brasil, um herói esquecido da independência cultural, Santiago Nunes Ribeiro, começou por aceitar a identidade da língua como inevitável, mas proclamou que essa identidade não implicava na identidade da literatura. "As condições sociais e clima do novo mundo", disse, "necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa". (32) Estas palavras, publicadas na *Minerva Brasileira* de novembro de 1843, definem bem a resposta dos intelectuais brasileiros ao regozijo do Dr. Gama e Castro. Nunes Ribeiro repetiu o mesmo argumento,

(31) Vide Robert E. Streeter, «Association Psychology and Literary Nationalism in the *North American Review*, 1815-1825», *American Literature*, vol. 17, pp. 243/54, 1945; e Darwin Shrell, «Nationalism and Aesthetics in the *North American Review*, 1815-1850», in *Studies in American Literature*, editado por Waldo McNeir e Leo B. Levy, pp. 11/21, Baton Rouge, Louisiana, 1960.

(32) «Da nacionalidade da literatura brasileira», vol. 1, p. 9.

com quase as mesmas palavras, num outro artigo na *Minerva* de dezembro do mesmo ano. (33)

Outro campeão da independência literária do Brasil apareceu nas páginas da *Minerva* em janeiro de 1844. Mas Januário da Cunha Barbosa, como os norte-americanos, sentia a necessidade de provar essa independência recorrendo aos eruditos da Europa; ele traduziu e citou trechos dum discurso apresentado no congresso de Paris de 1843 por um francês, Mennechet. Mas a idéia de Mennechet era simplesmente que a literatura duma nação é o produto da influência da história e do clima sobre os sentimentos e conceitos dos que lá moram, lêem, e escrevem — uma idéia que Santiago Nunes Ribeiro já expressara duma maneira mais coerente. (34)

Não acabou, porém, a necessidade de defender a independência, as possibilidades da literatura brasileira e da língua brasileira. Joaquim Norberto de Sousa Silva repetiu e expandiu o argumento de Nunes Ribeiro na *Guanabara* em 1853:

Já alguém nos lançou em rosto que não temos literatura nacional, porque não temos língua; ficou porém provado a toda a luz que a literatura de um povo é a voz de sua inteligência, e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais [*sic!*], do aspecto da natureza do nosso país, ou risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dissimilhante de Portugal, devia resultar uma tal ou qual modificação nessa literatura, embora *portuguesa* mas produzida pelos *brasileiros*: e consentisse então que a essa modificação se chamasse sem impropriedade alguma *literatura brasileira*. [...] Ora, o que se tem dado com a literatura é o que ainda se não deu com a língua, porque ainda ninguém se lembrou que não é ela perfeitamente a língua portuguesa, e que estando no mesmo caso que a nossa literatura, erro é chamá-la ainda portuguesa. (35)

E ainda em 1871, João Salomé Queiroga insistia que os brasileiros não mais falavam português, mas "luso-bundo-guarani". (36) Para justificar-se, Queiroga voltou a Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto: "O que é a linguagem? É a expressão das idéias que nos vêm pelos sentidos, e estes são influenciados pelo clima, usos e costumes que deles nascem." (37)

O mesmo fenômeno e a mesma teoria repetiam-se através do mundo pós-colonial. Na Argentina, Sarmiento declarou que "los idiomas [...] se tiñen con los colores del suelo que habitan, del gobierno que rigen y las instituciones que los modificam. El idioma de América deberá, pues, ser suyo proprio, con su modo de ser característico y sus formas e imágenes

(33) «Da nacionalidade da literatura brasileira», vol. 1, pp. 111/15.

(34) «Nacionalidade da literatura», vol. 1, pp. 168/72.

(35) «A língua brasileira», vol. 3, p. 99, Rio de Janeiro, 1853.

(36) In José Aderaldo Castello, *Textos que interessam à história do Romantismo*, vol. 1, p. 34, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1960.

(37) Idem, p. 41.

tomadas de las virginales, sublimes y gigantescas que su naturaleza, sus revoluciones y su historia indígena le presentan". (38)

O exemplo mais extremo desta definição da língua como produto de associações mentais com o meio, apareceu bem longe das Américas, servindo como base para o dicionário de *Austral English* (isto é, o inglês da Austrália e a Nova Zelândia) de Edward Morris. A individualidade lingüística da Australásia, segundo Morris, não resultava da criação de neologismos ou da introdução de palavras indígenas, mas da aplicação de palavras inglesas a fenômenos imprevistos ou desconhecidos no meio tradicional da língua, a Inglaterra. (39) Então, se a árvore que os australianos chamam "oak" não é igual à árvore inglesa do mesmo nome, a palavra australiana "oak" passa a pertencer a uma língua diferente. (40) Ainda mais, Morris definia até "Christmas" como uma palavra distinta dentro do contexto da Austrália — como o Natal brasileiro não é o Natal português: "As Christmas falls in Australasia at Midsummer, it has different characteristics from those in England, and the word has therefore a different connotation". (41)

Os escritores pós-coloniais, então, tinham que aceitar esta visão do processo de nacionalização de línguas e de literaturas e tinham, igualmente, que aceitar o fato de que o processo bem poderia durar muitos anos. Mas ficava a esperança dum futuro melhor, quando os efeitos do meio transformariam língua e literatura, quando, para citar Mário de Andrade, todos os poetas aprenderiam a comer amendoim; como disse Pôrto-Alegre em 1852, "Assim dizemos nós a todos os moços — Cantemos a nossa bela pátria, que, no momento em que formos Brasileiros, teremos as bases de uma nova literatura, e com ela todos os prodígios e primores das belas artes." (42)

Mas poucos podiam deixar de ajudar o processo inevitável, e este desejo deixou traços importantes na forma e na temática das literaturas pós-coloniais do século dezanove: a adoção de indigenismos e regionalismos; a repetição quase ritual de topônimos não-europeus; a idealização do meio, costumes, e dialetos de grupos nacionais que ficavam um pouco fora da tradição européia, como o *backwoodsman* e o *cowboy* nos Estados Unidos, o *gaucho* argentino, o *sertanejo* brasileiro, o *voyageur* do Canadá Francês, ou o *swagman* australiano.

Os intelectuais de nações pós-coloniais também têm compartilhado uma tendência a parar, mais ou menos em cada geração, para examinar a situação e perguntar-se se as mudanças prometidas realmente ocorreram, se há uma

(38) Citado por Angel Rosenblat, «Los argentinos del siglo XIX», *Revista de la Universidad de Buenos Aires*, Ano V, p. 559, 1960.

(39) *Austral English*, p. xi/xii, London, 1898.

(40) *Idem*, pp. 325/27.

(41) *Idem*, p. 87.

(42) Dum artigo sobre *Os Hinos da Minha Alma*, poesias de C. José Gomes de Sousa, artigo não firmado mas seguramente da mão do Pôrto-Alegre. *A Guanabara*, vol. 2, p. 45, Rio de Janeiro, 1852.

língua norte-americana, ou argentina, ou brasileira. (43) E muitos decidiram, na década dos vinte, que o clima, a vegetação, e a organização social fracassaram, e que era necessário recomeçar a nacionalização da língua e da literatura. No Brasil modernista, para dar só um exemplo, temos a adoção de palavras tiradas de línguas não européias (na chamada "poesia negra" e na fase neo-indianista do movimento), e as tentativas angustiadas de Mário de Andrade de abrigar ainda mais a literatura, criando e escrevendo uma "língua que ainda não é língua". (44)

E, por estranho que pareça, o problema da identidade lingüística, tantas e tantas vezes resolvido em tantos países, recusa-se a desaparecer. As novas nações pós-coloniais do Caribe, da África, e da Ásia têm se visto forçadas, mais uma vez, a trabalhar na formulação de suas próprias soluções ao problema, independentemente das experiências de outras culturas mas, muitas vezes, simplesmente repassando aquelas experiências. Frantz Fanon, um preto de Martinique e um dos grandes pensadores da nossa era, definia a língua, usando quase os mesmos termos de Walter Channing, como um elemento exterior que controla a psicologia do indivíduo e da nação; "to speak a language", disse Fanon, "is to assume a world, a culture". (45) E nessas culturas pós-coloniais do século vinte, como nas do século passado, todas as polêmicas e todas as definições têm como base uma aceitação do inevitável duma situação lingüística imposta pela história e não escolhida livremente e uma resignação corajosa muito bem exprimida por um grande romancista da Nigéria atual, Chinua Achebe, explicando sua utilização do inglês: "I have been given this language and I intend to use it." (46)

(43) Alguns exemplos importantes são as obras de João Ribeiro e Serafim da Silva Neto no Brasil, H. L. Mencken nos Estados Unidos, e Lucien Abeille e Arturo Costa Alvarez na Argentina. Para um resumo hemisférico, vide Amado Alonso, *Castellano, Español, Idioma Nacional*, pp. 133/54, Buenos Aires, 1942.

(44) Das Cartas de Mário a Manuel Bandeira, p. 86, Rio de Janeiro, 1958.

(45) Frantz Fanon, *Black Skin, White Masks*, trad. por C. L. Markmann, pp. 17/18, New York, 1967.

(46) «English and the African Writers», *Transition*, Kampala, 1965; citado em Gerald Moore, *The Chosen Tongue*, p. xxiii, London, 1969.